



Audiência de Conciliação no TRT Paraíba

Metalúrgicos de Campina Grande (PB) encerram campanha salarial com aumento real



No último dia 28/7, os metalúrgicos de Campina Grande garantiram a renovação da convenção coletiva de trabalho 2014/2015, depois de várias audiências de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), em João Pessoa, Paraíba.

As negociações da campanha salarial iniciaram-se em Abril, quando os trabalhadores aprovaram em Assembléia Geral em Março, a pauta de reivindicações que foi entregue aos patrões. Depois de várias rodadas de negociações entre a comissão de negociação do SINTIMETAL e o representante patronal, inclusive em mesa redonda no MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, não havendo acordo acerca das propostas defendidas pelos trabalhadores, o SINTIMETAL recorreu ao TRT - Tribunal Regional do Trabalho, para mediação das negociações. Depois de algumas audiências no TRT as partes conseguiram concluir as negociações garantindo a renovação com manutenção de todas as cláusulas da Convenção anterior e assegurar reajustes conforme a seguir:

- ✓ Data base: 1º de maio;
- ✓ Piso salarial retroativo a maio de 2014 no valor de R\$ 785,40(sem parcelamento);
- ✓ Percentual de 8% (oito por cento) para os salários superiores ao Piso também retroativo ao mês de maio aplicado ao salário recebido no mês de Abril de 2014.

Aproximadamente dois mil metalúrgicos foram beneficiados com o novo acordo segundo Diretoria do Sindicato de Campina Grande, que destacam que os índices de 8% e 9.08% respectivamente conseguidos pelo Sindicato podem ser considerados bastantes significativos, o problema é que os pisos salariais aqui ainda são relativamente baixos, e por isso, pode não ser entendido pelos trabalhadores e trabalhadoras com toda valorização merecida. É importante que os trabalhadores (as) saibam que toda campanha salarial é sempre muito difícil, seja aqui ou em qualquer lugar do Brasil e em qualquer categoria, no entanto, aqui em Campina Grande, para nós Metalúrgicos é muito mais difícil principalmente pela ausência dos patrões nas mesas de negociações, os quais são representados pela assessoria jurídica do Sindicato Patronal, dificultando muito a negociação, o que configura um descaso com os trabalhadores.

Além das cláusulas sociais anteriores, asseguradas nas negociações, pela primeira vez os metalúrgicos conquistaram um item inédito. Agora, o Sindicato terá no período da convenção além da liberação de 10 dias para os dirigentes participarem de cursos de formação e para negociação coletiva terá também 10 dias de liberação no decorrer da Convenção para o presidente do Sindicato desempenhar suas atribuições no Sindicato. Destacou Marli Melo, secretária geral do SINTIMETAL e secretária da Mulher trabalhadora da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM/CUT), ressaltando que esse foi o primeiro passo para avançarmos na liberação plena de dirigentes, o que garantirá uma maior atuação do sindicato.

Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros! Che Guevara

Seja você protagonista de muitas mudanças. Associa-se ao SINDICATO e verás que juntos seremos mais fortes

Somos Fortes, Somos CUT

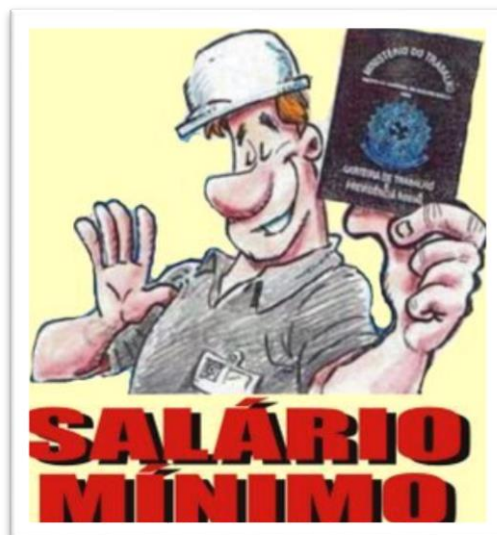
Política de valorização do Salário Mínimo

Em dez anos garantiu ganho real de 72,31%

Desde 2003 o aumento real do salário mínimo tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador brasileiro nos últimos anos, beneficiando diretamente cerca de 48 milhões de pessoas que têm sua renda vinculada ao valor do piso nacional. Desde 2003, o valor do mínimo teve crescimento real (já descontada a inflação) de 72,31%, de acordo com dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Essa política começou a ser elaborada em 2006 e se consolidou a partir de 2011, quando ficou definido que o salário mínimo do trabalhador brasileiro seria reajustado, até 2015, com base na Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011. Pela regra, a cada ano, o aumento corresponde à variação do Produto Interno Bruto (PIB) do ano retrasado, mais a inflação do ano anterior medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Com aplicação dessa política, ganharam não apenas as pessoas que recebem salário mínimo, pois o aumento real praticado favorece também a todos os trabalhadores e trabalhadoras de categorias organizadas, que passaram a ter também ganhos reais em suas campanhas salariais, tornando assim um ciclo virtuoso, principalmente pelo fortalecimento da economia através do poder de compras das pessoas que conseguiram consumir muito mais, e elevaram o país ao padrão de “quase” pleno emprego.



CUT e movimentos sociais na reta final do plebiscito sobre a reforma política

A Central Única dos Trabalhadores e os movimentos sociais sairão às ruas do país nesta terça-feira (12), no Dia Nacional de Lutas pela Constituinte para a Reforma Política. Serão realizadas diversas atividades e manifestações para divulgar e esclarecer a importância do plebiscito em todos os estados brasileiros. O plebiscito acontecerá na semana da pátria entre os dias 1 a 7 de setembro.

Desde agosto de 2013, mais de 250 organizações, movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos trabalham pela [construção do plebiscito](#). Atualmente, já foram criados mais de 800 comitês populares em todo o Brasil.

O objetivo da organização da campanha pelo Plebiscito Popular é ultrapassar 10 milhões de votos, marca atingida pelo plebiscito contra a Alca, realizado em 2002, e que está servindo como referência para a atual campanha.

Conheça e participe do Plebiscito, procure o Sindicato ou acesse: plebiscitoconstituente.org.br / www.cnmcut.org.br

saiba tudo sobre o Plebiscito e ajude o Brasil a promover as mudanças tão necessárias. Não se omita em dar vossa contribuição para consolidar as mudanças políticas que nosso país tanto precisa.

#PlebiscitoConstituente

Entenda os significados

Plebiscito Popular

Na Constituição, um plebiscito não pode ser convocado pelo povo, só pelo Congresso. Por isso, construímos o “Plebiscito Popular”, que é uma consulta antecipada sobre algum assunto polêmico e de interesse da população.

Constituente

Também conhecida como Assembleia Nacional Constituinte, ela ocorre quando os representantes eleitos pelo povo discutem temas para definir a Constituição, que é o conjunto de regras que estruturam o Estado, ou seja, que diz quais serão as leis e como elas serão exercidas no país.

Exclusiva

Para que os representantes sejam exclusivamente eleitos para tratar da mudança no sistema político.

Soberana

O artigo 1º da Constituição Federal estabelece que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”. Assim, os escolhidos pelo povo devem ter poder soberano para mudar o sistema político.